

Organizadores

Monica C. Miranda
Carolina Toledo Piza
Daniele Pereira de Souza
Maria Cristina A. C. R. Oliveira
Nelma Assis
Pompeia Villachan-Lyra
Carolina Nikaedo
Orlando F. A. Bueno

Colaboradores

André Luiz de Sousa
Emmanuelle Chaves
Juliana C. N. Ferreira
Karina Chagas
Karina Arruda
Tatiana Goes Freitas
Silvia Maciel

Projeto Gráfico

Priscilla Ballarin

Diagramação

Flávio Della Torre

Ilustrações

Eliza Freire

Agradecimentos

Um agradecimento especial a Direção, Coordenação e Professores das Escolas: Centro de Educação Infantil - CEI Arrastão, EMEI do Lar Sírio, EMEI São Paulo, CEI Nova Sant'ana, que receberam a equipe de pesquisadores, auxiliando na primeira fase desse projeto em que foi possível levantar as necessidades formativas do professor da educação infantil. e Karina Arruda pelas importantes contribuições.

Sumário



4

A educação infantil

8

A prática pedagógica na educação infantil

12

O processo de aprendizagem na primeira infância

14

O educador infantil

16

As práticas pedagógicas e a promoção do desenvolvimento infantil com base nas Neurociências

Discutimos ao longo dos encontros do Programa de Formação, diversos aspectos importantes sobre o desenvolvimento na primeira infância. Iniciamos pelo debate a respeito das diferentes concepções do que é ser criança pensadas por diversos teóricos ao longo da História. Em seguida, apresentamos o conceito de Neurociência e a sua contribuição para a sociedade como um todo, em especial para a Educação. Vimos também que o crescimento e o desenvolvimen-

to são condições com características distintas (porém intimamente relacionadas). Depois disso, pudemos nos debruçar sobre estudos acerca das bases do desenvolvimento cognitivo da criança (habilidades motoras, de linguagem, comportamentais e emocionais) e refletimos sobre a importância de a criança vivenciar na escola experiências ricas de oportunidades, que pudessem contribuir para a promoção do seu desenvolvimento.

Agora, nesta apostila, abordaremos, mais detalhadamente, questões que dizem respeito à prática pedagógica e aos processos de aprendizagem na Educação Infantil. E, para isso, articularemos essas questões com os temas trabalhados ao longo deste Programa de Formação.

A educação infantil

A legislação sobre a Educação Infantil no Brasil vem registrando avanços nas últimas décadas. A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996 – posteriormente revista e atualizada em 2016) ao estabelecerem a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da Educação Básica, garantiram a ampliação do direito à educação para crianças menores de 5 anos – o que representou uma

conquista importante para a sociedade brasileira. Um dos diferenciais mais relevantes da LDB foi possibilitar enxergar a Educação Infantil não mais com uma perspectiva assistencialista, mas destacando o seu caráter educativo, que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Os artigos 29, 30 e 31 da LDB (2016) dizem o seguinte:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

- I Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 (três) anos de idade;
- II Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Como podemos verificar nesses artigos acima transcritos, a LDB destaca o caráter pedagógico (e não assistencialista) da Educação Infantil, apontando para uma prática que garanta o desenvolvimento integral das crianças e que se articule e dialogue tanto com as famílias, como com a comunidade.

A LDB (2016) considera a educação infantil como parte da educação básica, e, ao afirmar em seu Artigo 22 que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, sustenta que o papel da educação infantil é de formação, seu caráter é educacional. E é importante destacar isto porque, em momento algum, a LDB ou a Constituição Federal atrelam as ações na educação infantil como relativas à práticas de cuidado, assistência ou guarda de crianças.

Além da LDB, não podemos deixar de destacar o RCNEI (Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 1998), documento importante no que diz respeito à construção de normativas e estratégias para a prática pedagógica na educação infantil, o qual estabelece que:

“(…) é importante que as Instituições de Educação Infantil reconheçam seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se em espaços de socialização, de convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, como espaços de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos assim como momentos para o lúdico, permitindo uma inserção e interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora”.

As conquistas legais, somadas às pesquisas acerca dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos, com necessidades e interesses próprios, geraram mudanças significativas no contexto educacional brasileiro, no sentido de terem proporcionado a revisão dos papéis das instituições educativas e dos educadores / professores que atuam nas escolas de educação infantil com essas crianças. Além disso trouxeram à tona, novamente, a possibilidade de discussões acerca da concepção de criança.

Na Educação Infantil um dos princípios da ação educativa é mediar as experiências significativas com a criança, visando contribuir com o desenvolvimento da sua autonomia. A criança deve ser considerada como um ser com vontade própria, capaz e competente para construir conhecimentos e intervir no meio em que vive. Assim, o trabalho na Educação Infantil, entre outras coisas, deve estar pautado em atitudes como o afeto, a segurança, a interação, a estimulação, a brincadeira, o respeito à diversidade, integrados à perspectiva do cuidar e do educar.

Além disto, é preciso compreender que as instituições de Educação Infantil são um universo

social diferente se comparado com o da família. Na escola, novas possibilidades de interação social são favorecidas, o que amplia os conhecimentos das crianças a respeito de si e dos outros – fator este que, por sua vez, reforça ainda mais a importância dessa etapa escolar no desenvolvimento social e afetivo da criança.

Que competências deseja-se desenvolver na Educação Infantil? São diversas, a fim de contribuir para um desenvolvimento infantil pleno e saudável.

Com base no Currículo da Educação Básica, abaixo podemos apontar algumas dessas competências:

Competências para a Educação Infantil:

1

Conhecimento do próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, valorizando os cuidados com a própria saúde, as relações sociais, respeitando o meio ambiente e a diversidade, tornando-se consciente de seus direitos e deveres.

2

Percepção de si como pessoa única, inserida num grupo social, capaz de relacionar-se com outras pessoas, tendo uma imagem positiva de si, sabendo expressar seus desejos e suas necessidades, tomando decisões, dentro de suas possibilidades, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua autonomia

(Currículo da Educação Básica, 2008)

Outro ponto destacado pela LDB é que como etapa importante da Educação Básica, a Educação Infantil também necessita de referenciais e de direcionamentos teóricos e legais, para possibilitar aos profissionais envolvidos na rotina dos Centros de Educação Infantil, o exercício de práticas pedagógicas coerentes com o desenvolvimento da criança naquele momento, e alinhadas com os objetivos de aprendizagem que são esperados para essa

faixa etária. Assim, há a necessidade de se garantir a construção de um projeto educativo em que a proposta pedagógica ou curricular seja um item a ser considerado, juntamente com a formação dos profissionais.

Abordaremos, a seguir, o que são afinal as práticas pedagógicas na Educação Infantil e qual a sua importância para o processo de aprendizagem da criança.

A prática pedagógica na educação infantil



Sobre a concepção da Prática Pedagógica, vamos pensar um pouco? Para você, o que este termo significa? Planejamento? Rotina? Atuação profissional?

O Currículo Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 2008) preconiza que a prática pedagógica é considerada como uma intervenção no processo de desenvolvimento, pelo que deve ser feita de maneira consciente e responsável, em consonância com os objetivos e as metas educacionais. Faz-se relevante, portanto, o conhecimento do desenvolvimento do aluno e das necessidades específicas de cada faixa etária.

A LDB apresenta, entre diversas diretrizes, uma que se destaca e está relacionada aos objetivos do presente programa de Formação Continuada, portanto, à importância de propostas pedagógicas por promoverem o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, segundo parâmetros das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), deve ter como objetivo garantir à criança acesso a “processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respei-

to, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”. (p.41).

Conforme pode ser notado, quando falamos sobre a prática pedagógica, estamos também falando sobre o currículo e, para melhorar a nossa compreensão a respeito do tema, precisamos antes entender o que é o currículo infantil, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

CURRÍCULO: “Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e o saber da criança, com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 aos 5 anos de idade” (pg 12).

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil, constante na LDB (2009, páginas 25,26 e 27) e que aqui se encontram na íntegra, devem “ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que”:

Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação das experiências sensoriais, expressivas e corporais, que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e pelos desejos da criança;

Favoreçam a imersão da criança nas diferentes linguagens, e o progressivo domínio por elas dos vários gêneros e das formas de expressão como a gestual, a verbal, a plástica, a dramática e a musical;

Possibilitem à criança experiências de narrativas, de apreciação e de interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com os diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

Recriem, em contextos significativos para a criança, as relações quantitativas, as medidas, as formas e as orientações de espaço temporais;

Ampliem a confiança e a participação da criança nas atividades individuais e coletivas;

Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia da criança nas ações de cuidado pessoal, de auto-organização, de saúde e de bem-estar;

Possibilitem as vivências éticas e estéticas com as outras crianças e grupos culturais, que alarguem os seus padrões de referência e de identidade no diálogo e do conhecimento da diversidade;

Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento da criança em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

Promovam o relacionamento e a interação da criança com diversificadas manifestações da música, das artes plásticas e gráficas, do cinema, da fotografia, da dança, do teatro, da poesia e da literatura;

Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

Propiciem a interação e o conhecimento pela criança das manifestações e das tradições culturais brasileiras;

Possibilitem a utilização de gravadores, de projetores, de computadores, de máquinas fotográficas e de outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Segundo a estudiosa Maria Helena Lopes (UNESCO, 2005), o processo de construção da prática pedagógica implica também a conquista da autonomia e da cooperação, atendendo aos princípios básicos da cidadania, como o respeito, a responsabilidade e a formação do autoconceito. Recentemente, um documento denominado “Currículo Integrador da Infância Paulistana”, nos traz uma perspectiva de currículo que visa a integração de saberes socialmente relevantes que sejam ampliados gradativamente desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental. “as experiências vividas no presente são relevantes para o tempo presente da vida das crianças: não constituem um período de preparação ou antecipação das futuras etapas do processo de educação. E porque privilegia a vida e o tempo presentes de bebês e crianças, respeitando seus tempos e modos de viver suas infâncias, cria bases sólidas para a vida futura (justamente na medida em que não a antecipa) (pag 17).

O Currículo da Educação Básica (2008) propõe, assim, que a prática pedagógica deva ser considerada como uma intervenção no processo de desenvolvimento. Para isso, uma boa formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil é fundamental.

Porém, um dos fatores de maior discussão tem sido o fato de que há insuficiência na formação dos profissionais nos cursos do Magistério e da Pedagogia, e que essa, em geral, possui um caráter “eminentemente escolar”, não contemplando a especificidade da faixa etária atendida. Fato este também destacado por Vital Didonet, que diz que “A importância dos seis primeiros anos de vida para o desenvolvimento e a aprendizagem ainda é desconhecida por grande parte dos profissionais da educação e subestimada por muitos que formulam políticas educacionais” (2001, pg 7).

Diversos estudos têm apontado a necessidade da formação de educadores sobre o desenvolvimento infantil, mas de forma importante a formação do profissional deve ter como referências os conhecimentos científicos, os contextos social, econômico e político no quais vivem os profissionais, e as famílias. Essa formação é um processo que o professor inicia antes de assumir este cargo, e de caráter contínuo ao longo de sua carreira. Isaias e Bolzan (2011) destacam que o processo de formação de professores é constituído por uma relação intrínseca entre trajetória pessoal, profissional e percurso formativo, o qual envolve caminhos que vão desde a formação inicial, abarcando o exercício continuado da docência nos diversos espaços institucionais em que se desenrola.

Em resumo, práticas pedagógicas são todas as ações realizadas pelo educador, baseadas nos referenciais propostos no Currículo da Educação Básica (2008) e na LDB (2016) com o objetivo de promover as habilidades da criança, visando a aprendizagem desta. É muito importante ressaltar que o educador ou o professor, ao utilizar uma determinada prática com o objetivo de promover, por exemplo, o desenvolvimento motor, pode estimular também outros domínios importantes do desenvolvimento infantil como a linguagem, fato este muito relevante, pois representa o caráter interdisciplinar das práticas adotadas na sala de aula.



O processo de aprendizagem na primeira infância

O novo ordenamento legal, inaugurado pela Constituição Federal de 1988, assegurou à criança brasileira o atendimento na creche e na pré-escola e, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passou a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. Esta importante conquista nacional reitera um dos postulados da Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, no ano de 1990, de que a aprendizagem ocorre desde o nascimento e requer educação e cuidado na primeira infância. (UNESCO, 2005).

Nas últimas décadas, várias pesquisas têm demonstrado que os primeiros seis anos de vida de uma criança são um período de intenso aprendizado e desenvolvimento. O atendimento educacional de qualidade, nessa fase da vida, tem um impacto extremamente posi-

tivo no curto, médio e longo prazo, gerando benefícios educacionais, sociais e econômicos, mais expressivos do que qualquer outro investimento na área social.

Um melhor desempenho na escolaridade, menores taxas de reprovação e de abandono escolar, bem como uma maior probabilidade de completar o ensino médio, foram observados entre os que tiveram acesso à educação infantil de qualidade, quando comparados aos que não tiveram essa oportunidade. A frequência de instituições de educação infantil, portanto, interfere positivamente na qualidade de vida da criança, contribuindo significativamente para a sua futura realização pessoal e profissional.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), o processo que

permite a construção de aprendizagens significativas pela criança, requer uma intensa atividade interna por parte dela. Nessa atividade, a criança pode estabelecer relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios (conhecimentos que já possuem), usando para isto os recursos de que dispõe. Este processo lhes possibilitará modificar os seus conhecimentos prévios, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas.

Como citado por Marco A. Arruda, no site Aprender Criança - "Diferentes estilos de aprendizagem refletem a singularidade do cérebro humano. Todos nós utilizamos vias visuais, auditivas e cinestésicas para processar novas informações, no entanto, as evidências científicas indicam que diferen-

tes pessoas utilizam estratégias diversas em momentos diversos dependendo do contexto da aprendizagem".

Sabe-se que as dificuldades durante a aquisição ou o desenvolvimento de competências podem atrasar ou reduzir a sua consecução, as quais ocorrem por influência de vários fatores. Assim, é importante identificar a origem dos problemas, para que as medidas que visem minimizá-los e até extingui-los possam ser adotadas o mais precocemente possível. Conforme Vital Didonet, a educação infantil, centrada na criança como sujeito de educação e tendo como referência o potencial dos primeiros anos de vida, organiza-se para apoiar o desenvolvimento, promover a aprendizagem, mediar o processo da construção de conhecimentos e de habilidades por parte dela, procurando ajudá-la a ir o mais longe possível.

O educador infantil



A qualificação do educador é reconhecida-mente um dos fatores mais relevantes para a promoção dos padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o nível, a etapa ou a modalidade. No caso da Educação Infantil, em que o profissional tem a dupla responsabilidade de cuidar e educar a criança de 0 aos 6 anos de idade, a sua formação é uma das variáveis que traz um maior impacto sobre a qualidade do atendimento.

“(...) o mais importante e bonito do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão.”
Guimarães Rosa

A mensagem de Guimarães Rosa vem enfatizar o papel da Educação Infantil, por intermédio de diferentes e criativas abordagens, experiências e vivências, proporcionando ao educador e à criança as possibilidades de uma ação educativa voltada para o respeito às diferenças, aos momentos de interação e à liberdade do ser e do pensar.

O Educador Infantil já vem fazendo, com maestria, as tarefas que lhes são atribuídas, cada vez mais buscando tornar a experiência da primeira infância a mais rica para a criança. O educador da primeira infância tem um papel de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, pelo que, manter sempre uma relação de confiança com esta e a sua família, para que juntos possam mostrar os novos caminhos a serem percorridos durante seu aprendizado, é fundamental.

O Educador tem como função, na primeira infância, o papel de educar e de cuidar, pois ambos andam juntos e são fundamentais para a formação da personalidade e da identidade da criança. Além de ser o mediador entre o conhecimento e a criança que aprende, deve estabelecer relações de troca de conhecimentos com esta, propondo-lhe tarefas desafiadoras de acordo com a etapa de desenvolvimento em que ela se encontra, estimulando-a a pensar (e agir) de forma criativa e autônoma. É função do professor considerar como ponto de partida para a sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas, embora detectar os conhecimentos prévios da criança não seja uma tarefa fácil.

Para fazer isso, é necessário que o professor estabeleça estratégias didáticas. Quanto menor é a criança, mais difícil é a explicitação de tais conhecimentos, uma vez que, em muitos casos, a mesma ainda não se comunica verbalmente. A observação acurada da criança é um instrumento essencial neste processo. Os gestos, os movimentos corporais, os sons produzidos, as expressões faciais, as brincadeiras e todas as formas de expressão, representação e comunicação, devem ser consideradas como fonte de conhecimento para o professor sobre aquilo que a criança já sabe. (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, 1998).

Durante todo o processo do presente programa de Formação Continuada, vimos o quanto a base da primeira infância é importante para a vida futura da criança. A UNESCO descreve que é ao longo dos seis primeiros anos que se assentam as bases do aprender a conhecer, aprender a viver junto, aprender a fazer e aprender a ser. Estas são bases simples que se bem erguidas farão toda a diferença.



As práticas pedagógicas visando o desenvolvimento dos diferentes domínios cognitivos com base na neurociência

A Neurociência da Educação é um novo ramo do conhecimento que tem como objeto de estudo a Educação e o Cérebro, entendido como um órgão social que pode ser modificado pela experiência. Ela situa-se na interface dos conhecimentos entre as áreas da Neurologia, da Psicologia e da Pedagogia, com o objetivo de compreender como os seres humanos aprendem melhor, de modo que os professores possam conduzir e maximizar esse aprendizado. A Neurociência na sala de aula tende a trazer muitas contribuições para o desenvolvimento cognitivo na primeira infância, e a lançar as bases para uma aprendizagem futura bem-sucedida.

Compreendemos o porquê da importância de conhecer e de entender o desenvolvimento motor desde os primeiros meses de vida da criança, para lhe oferecer uma estimulação adequada dos movimentos e das praxias; aprendemos também a respeito da linguagem, dos seus diferentes domínios, e da relevância dessa função cognitiva para o desenvolvimento da leitura e da escrita; definimos o que são a atenção e as funções executivas, para compreender melhor determinados comportamentos como distração e a desorganização dos alunos, e oferecer uma mediação

que incentive a autonomia e a autorregulação deles, bem como os relacionados à aprendizagem; além da importância de atentar para as origens e consequências de certas manifestações emocionais e comportamentais como o choro, a indisciplina e a agressividade, uma vez que, segundo diversas pesquisas, as emoções são críticas para a tomada de decisões e a aprendizagem. Em todos estes temas mostramos dicas e atividades rotineiras que podem estimular as habilidades cognitivas na educação infantil.

Vimos também que a criança, nos primeiros anos de vida, necessita mais de apoio concreto e tátil para as novas aprendizagens. O cérebro memoriza melhor quando os fatos e as habilidades se encontram inseridos em contextos naturais ou exemplos concretos, nos quais ela compreende os problemas com que se depara e reconhece como pode resolvê-los, situação em que a motivação tende a ser maior.

Alguns princípios (abaixo relacionados) foram publicados pelo Dr. Marco A. Arruda, no site Aprender Criança, cujo título evidencia o que discutimos aqui “A arte cientificamente fundamentada de ensinar”. Abaixo está uma parte deles reproduzidos na íntegra.

PRINCÍPIO 1:	Cada cérebro é único e organizado de forma singular.
PRINCÍPIO 8:	As emoções são críticas na detecção dos padrões, tomada de decisões e aprendizagem. O estresse, a ansiedade e os estados depressivos prejudicam o aprendizado.
PRINCÍPIO 9:	O aprendizado torna-se melhor com o desafio e é inibido por ameaças.
PRINCÍPIO 11:	O aprendizado humano envolve a atenção focalizada e a percepção periférica.
PRINCÍPIO 13:	O cérebro depende de interação com outras pessoas para dar sentido às situações sociais. Assim, "o suporte (acadêmico, moral ou de outra ordem) recebido dos outros (professores, colegas e familiares) é crítico para o melhor desempenho acadêmico, o que inclui o aprendizado"
PRINCÍPIO 17:	O aprendizado envolve toda a fisiologia corporal, o corpo influencia o cérebro e o cérebro controla o corpo. A nutrição, o sono e o estresse impactam a memória e o aprendizado. Bons hábitos alimentares e de sono, bem como o bom estresse, interferem positivamente na atenção e no potencial de aprendizagem.
PRINCÍPIO 19:	O cérebro memoriza melhor quando os fatos e habilidades encontram-se inseridos em contextos naturais ou exemplos concretos, nos quais o aprendiz compreende os problemas que ele se depara e reconhece como pode resolvê-los. Nessa situação a motivação tende a ser maior.
PRINCÍPIO 20:	Aprender depende de memória e atenção.
PRINCÍPIO 21:	Esses princípios da Neurociência da Educação se aplicam a todas as idades.
PRINCÍPIO 22:	Use ou perca.
PRINCÍPIO 24:	O atendimento diferenciado na sala de aula, permitindo que os alunos aprendam em ritmos diferentes, pode ser justificado pelas evidências da diversidade cognitiva infantil.

Mas quais atividades efetivamente podem ser adotadas na prática pedagógica, portanto, como parte do CURRÍCULO INFANTIL, que possam promover o desenvolvimento, bem como prevenir ou mitigar a ocorrência dos problemas de linguagem ou de outras habilidades cognitivas ou a aquisição da alfabetização?

É o que discutimos na apostila 1, o modelo para a educação infantil que tem sido denominado como Pre-K RTI (do inglês Preschool Responds to Intervention). Segundo este modelo, na educação infantil deve existir uma base sólida de currículos e métodos de en-

sino, baseados em evidências científicas, os quais podem ser utilizados para dar resposta às necessidades acadêmicas, sociais e comportamentais da criança.

Estes modelos ainda precisam ser identificados para uso na primeira infância, considerando as especificidades da realidade socioeconômica e do sistema de ensino no Brasil. Isto será realizado em breve, pela nossa equipe de pesquisadores, que pretende sistematizar essas atividades por meio de um estudo científico detalhado e, posteriormente, disponibilizar amplamente esse material para a Educação Infantil em nosso país.

MITO ❌ OU ✅ VERDADE

❌ A eficácia da educação depende somente dos professores.	❌ O desenvolvimento motor da criança acontece ao longo do crescimento pelo que não devemos nos preocupar com nada, pois um dia ela recupera o tempo perdido.
✅ A base de sustentação do projeto nacional de educação é de responsabilidade do poder público, da família, da sociedade e da escola.	✅ O primeiro ano de vida é fundamental para o desenvolvimento motor da criança.
❌ A creche ou pré-escola é o lugar para onde a criança vai e fica para que os pais possam trabalhar.	❌ Uma das funções da Educação Infantil é começar a alfabetizar a criança.
✅ Sabemos que a interação entre a escola e a neurociência pode contribuir para a melhor compreensão do perfil das principais habilidades da criança, permitindo compreender como esta aprende e se desenvolve.	✅ Segundo a LDB e o Currículo da Educação Básica, é função da Educação Infantil promover a aprendizagem por meio do desenvolvimento socioemocional, motor e da linguagem. Na Educação Infantil são oferecidas as bases para o início de um processo de alfabetização, o qual ocorrerá posteriormente.
❌ A educação vem de casa e na escola se aprende conteúdo.	❌ A criança que não presta atenção tem algum problema.
✅ A escola também é responsável por ensinar as regras coletivas, que muitas vezes não são ensinadas em casa.	✅ O desenvolvimento da atenção tem relação com a maturação do cérebro.
❌ A criança que não divide os brinquedos tem problema para se relacionar.	❌ Criança é um mini adulto esperando para crescer.
✅ Na primeira infância não dividir os brinquedos é normal, pois a criança desconhece as regras da convivência social.	✅ É considerada uma criança, o indivíduo com idade entre 0 e 12 anos, com características próprias, de natureza singular, inserida nos diferentes contextos sociais, econômicos e geográficos.

Referências bibliográficas

CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL. Governo do Distrito Federal. **Secretaria de Estado de Educação**. Subsecretaria de Educação Básica. 2008.

DE LIMA VERDUM, P. Prática Pedagógica: o que é? O que envolve?. **Educação por Escrito**, v. 4, n. 1, p. 91-105, 2013.

DIDONET, V. Educação Infantil: a creche, um bom começo. **Em Aberto**, Brasília, 18 (73), 1- 161, 2001.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

ISAIA, S.M.A.; BOLZAN, D.P.V. Formação do professor do ensino superior: um processo que se aprende? **Revista do centro de Educação UFSM**, vol.29,2011

LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS E INFLUÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, **Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho**, 2005. 72 p. – (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância Cadernos Pedagógicos; 3).

ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO – RACIAIS. Brasília: MEC/ **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ SECAD**, 2006.

O COTIDIANO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, **Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho**, 2005. 94 p. – (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância: Cadernos Pedagógicos; v4).

OLIVEIRA, S.M.L. Crenças e valores dos profissionais de creche e a importância da formação continua na construção de um novo papel junto à criança de 0 a 3 anos. **Em aberto**, 18, (73), 89-97, 2001.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Orientação Técnica. Orientação Normativa nº 01: avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares - **Secretaria Municipal de Educação**. – São Paulo: SME / DOT, 2014. 48 p.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2015

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Currículo integrador da infância paulistana**. São Paulo : SME/DOT, 2015. 72p. : il.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação e do Desporto, **Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

Links úteis

- <http://www.aprendercrianca.com.br/index.php/noticias-do-cerebro/edicao-34-junho-de-2014/376-a-arte-cientificamente-fundamentada-de-ensinar> - Artigo sobre Neurociências na sala de aula do Professor Dr. Marco A. Arruda do Instituto Glia.
- <http://www.desenvolvimento-infantil.blog.br/> - Blog sobre desenvolvimento infantil da FMCSV.

Sobre nós

Este material é resultado do projeto “Desenvolvimento de um Programa de Formação em Desenvolvimento Cognitivo para Profissionais da Educação Infantil: o modelo de Resposta à Intervenção”, iniciado em 2013, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e da Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa, e desenvolvido na Universidade Federal de São Paulo, sob responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dra. Mônica C. Miranda, Prof. Dr. Orlando F. A. Bueno e equipe.

Em 2015, a equipe do Instituto ABCD – sob coordenação de Carolina ToledoPiza (MSc.) – e do NINAPI (Núcleo de Investigação em Neuropsicologia, Afetividade, Aprendizagem e Primeira Infância, da Universidade Federal Rural de Pernambuco) – sob coordenação da Prof. Dra. Pompéia Villachan-Lyra e participação das pesquisadoras Ana Cleide Jucá (MSc.), Emmanuelle Chaves (Dra.) e Sílvia Maciel (Dra.), com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) – integraram o projeto, visando aprimorar seu conteúdo e ampliar as perspectivas de atuação para outros Estados do país.

*O projeto, agora denominado **Projeto Pela Primeira Infância**, é um conjunto de ações de pesquisa e de formação de profissionais da Educação Infantil. Ele foi criado tendo por base o fato, já apontado por diversas pesquisas, de que as principais demandas formativas dos profissionais da educação infantil se referem à sua necessidade de uma compreensão, mais adequada e abrangente, das teorias e das bases do desenvolvimento cognitivo, socioafetivo e comportamental da criança.*

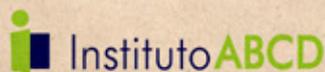
Além disso, também é consenso na comunidade científica, o reconhecimento da importância de uma intervenção adequada na primeira infância (inclusive no ambiente escolar) para um desenvolvimento infantil pleno e saudável.

Assim, faz parte do Projeto Pela Primeira Infância, um ciclo de debates teóricos intitulado: “Formação continuada em Desenvolvimento Infantil, com base nas neurociências, para profissionais da Educação Infantil” – constituído por 10 encontros, nos quais há a disponibilização de material apostilado. Após a participação em todo o ciclo de debates, são desenvolvidas discussões práticas para a implementação de estratégias de estimulação do desenvolvimento da criança na primeira infância.

Nós acreditamos que um programa desta natureza deve incluir material estruturado e formação continuada, com intenso diálogo com aqueles envolvidos com a criança (famílias, comunidades, profissionais da educação e da saúde).



Apoio:



Realização:

